

Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina

C.N.P.J. Nº 10.462.524/0001-58

Demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - Consolidado - Em reais

Balancão Patrimonial Consolidado			
Ativo	Nota Explicativa	2018	2017
Circulante		15.519.773	18.113.276
Caixa e equivalentes de caixa	(04)	403.370	746.128
Recursos vinculados a projetos	(04)	14.145.315	16.594.160
Contas a receber		309.187	250.067
Outros créditos		10.440	10.440
Adiantamentos diversos	(06)	195.460	227.502
Despesas antecipadas		49.381	40.831
Estoques		406.619	244.148
Não Circulante		6.458.096	6.672.931
Permanente		6.458.096	6.672.931
Imobilizado	(08)	6.458.096	6.672.931
Intangível	(09)	-	-
Total do Ativo		21.977.869	24.786.207

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido no Exercício			
Patrimônio líquido	Nota Explicativa	2018	2017
No início do exercício		2.573.501	2.823.691
Doação de bens patrimoniais	(23)	1.057.996	80.921
Ajuste de avaliação patrimonial		-	-
Superávit (déficit) do exercício	(339.101)	(339.101)	(331.111)
No final do exercício	(15)	3.292.396	2.573.501

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional: A Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, constituída em 23 de outubro de 2008, é uma associação de direito privado, de natureza confessional, educacional, cultural, assistencial, beneficente e filantrópica, sem fins econômicos e lucrativos. Que tem por finalidade a educação, a cultura e a assistência social como instrumento de promoção, defesa e proteção da infância, da adolescência, da juventude e de adultos, em consonância com a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Estatuto do Idoso, regida pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. É responsável pela gestão do Programa Guri na Capital e Grande São Paulo e da Escola de Música do Estado de São Paulo - Tom Jobim (EMESP Tom Jobim). O objetivo da Santa Marcelina Cultura é desenvolver o ciclo completo de formação musical integrado a um projeto de inclusão sociocultural, promovendo a formação de pessoas para a vida e para a sociedade. Desde maio de 2017, a Santa Marcelina Cultura também gere o Teatro São Pedro, desenvolvendo um trabalho voltado a montagens operísticas profissionais de qualidade aliado à formação de jovens cantores e instrumentistas para a prática e o repertório operístico, além de se debruçar sobre a difusão da música sinfônica e de câmara com apresentações regulares no Teatro. Após a Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina ter participado das convocatórias públicas através da Resolução SC nº 44/2017 nº 45/2017 de 21 de outubro de 2017 foi celebrado os Contratos de Gestão Nº 04/2017 e 05/2017, através do Processo SC/1344496/2017 e do Processo SC/1380279/2017, com a Secretaria de Estado de Cultura do Governo do Estado de São Paulo, tendo como objeto o fomento, a operacionalização da gestão e a execução, das atividades na área cultural, do Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo e da Escola de Música do Estado de São Paulo - EMESP TOM JOBIM, Teatro São Pedro, Orquestra do Teatro São Pedro - ORTHESP e Teatro Caetano de Campo, ambos contratos para o período de 01/01/2018 à 31/12/2022. O Projeto Guri é uma iniciativa da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo na área de música que surgiu na década de 90 e desde então é reconhecido como um dos programas mais bem sucedidos na área sociocultural. O Guri é um programa que desenvolve o ensino musical e a inclusão sociocultural para 13 mil crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos em 46 pontos de captação em cidades da Região Metropolitana de São Paulo. Sob gestão da Santa Marcelina Cultura, Organização Social (OS) qualificada pela Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, o programa proporciona uma educação musical de qualidade aliada a uma intervenção social transformadora. O objetivo é oferecer aos alunos e familiares, na maioria moradores de regiões de alta vulnerabilidade social, apoio e experiências capazes de transformar a realidade em que vivem. Com todo o suporte que o Guri oferece, os alunos e familiares encontram um novo caminho na busca de oportunidades e na construção da autonomia. Com 30 anos de atuação, a Escola de Música do Estado de São Paulo (EMESP Tom Jobim) tem como objetivo a formação dos futuros profissionais da música erudita e popular. Com um corpo docente altamente qualificado, a EMESP vem construindo um projeto pedagógico inovador, com foco no ensino de instrumento, no convívio dos alunos com grandes mestres e nas práticas coletivas (música de câmara e prática de conjunto), além de disciplinas teóricas de apoio. Em constante diálogo com as principais instituições de formação musical do Brasil e do mundo, a EMESP oferece a cada ano centenas de shows, concertos, workshops e master classes. A EMESP Tom Jobim mantém um eixo de difusão artística complementar às atividades de formação com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de seus alunos e criar uma ponte entre o aprendizado e a profissionalização, a opção de fomentar a formação de público e a difusão da música em todas as modalidades. A EMESP mantém seis grupos artísticos: Banda Sinfônica Jovem do Estado, Coral Jovem do Estado, Orquestra Jovem do Estado, Orquestra Jovem Tom Jobim, Orquestra Jovem do Teatro São Pedro e Academia de Ópera do Teatro São Pedro, que oferecem bolsas para os alunos da Escola. A EMESP Tom Jobim é uma escola do Governo de São Paulo gerida em parceria com a Santa Marcelina Cultura, Organização Social ligada à Secretaria de Estado da Cultura. O Teatro São Pedro completou 100 anos com uma das histórias mais ricas e surpreendentes da música nacional. Inaugurado em uma época de florescimento cultural, o teatro se insere tanto na tradição dos teatros de ópera criados na virada do século XIX para o XX quanto na proliferação de casas de espetáculo por todo o Brasil de São Paulo. Ele é o único remanescente dessa época em que a cultura estava espalhada pelas ruas da cidade, promovendo concertos, galas, vespérais, óperas e operetas. Nesses 100 anos, o Teatro São Pedro passou por diversas fases e reinvenções. Já foi cinema, teatro, e, sem corpos estáveis, recebia companhias itinerantes que montavam óperas e operetas. Entre idas e vindas, o teatro foi palco de resistência política e cultural, e recebeu grandes nomes da nossa música, como Eleazar de Carvalho, Isaac Karabichevsky, Caio Pagano e Gilberto Tinetti, além de ter abrigado concertos da Osesp. Após passar por uma restauração, foi reaberto em 1998 com a montagem de La Cenerentola, de Gioacchino Rossini. Gradativamente, a ópera passou a ocupar lugar de destaque na programação do São Pedro, e em 2010, com a criação da Orquestra do Teatro São Pedro, essa vocação foi reafirmada. Ao longo dos anos, suas temporadas líricas apostaram na diversidade, com títulos conhecidos do repertório tradicional, obras pouco executadas, além de óperas de compositores brasileiros, tornando o Teatro São Pedro uma referência na cena lírica do país. Agora, o Teatro São Pedro inicia uma nova fase, respeitando sua própria história e atento aos novos desafios da arte, da cultura e da sociedade. **2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos da Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A presente demonstração financeira inclui dados não contábeis e dados contábeis como, operacionais, financeiros. Os dados não contábeis também foram objeto de auditoria e/ou outros procedimentos por parte dos auditores independentes. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria da Associação em 16 de janeiro de 2019. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção aos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real e foram arredondadas, exceto quando indicado de outra forma. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com rela-

ção a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **a. Nota explicativa nº 3 c - Valor depreciável e vida útil econômica do ativo imobilizado.** **b. Nota explicativa nº 13 - Provisão para contingências; 3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Associação. **a. Instrumentos financeiros e passivos financeiros:** A Associação reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Associação se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Associação gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Associação. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo dessas ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Recebíveis:** Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa. Os recursos financeiros que a Associação possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos. **Recursos vinculados a projetos:** Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento, aplicações financeiras e fundos de reserva e contingência que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados em projetos para fazer frente as obrigações do contrato de gestão. **Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Associação se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Associação baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais refinanciada, cancelada ou vencida. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos:** Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2018 e 2017. **b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas:** O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os valores recebidos e empregados dos Contratos de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo e a Lei Rouanet, vinculadas ao Ministério da Cultura, são registrados da seguinte forma, e em conformidade com a CPC 07 (R1): **• Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos, o reconhecimento de um ativo (recursos vinculados a projetos) em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. **• Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos dos contratos de gestão, são reconhecidas as despesas e receitas correspondentes em montantes equivalentes, ou seja, sem impacto no resultado do exercício. **• Aquisição de bens:** Quando ocorre a aquisição de bens dos contratos de gestão são reconhecidos os ativos imobilizados e intangíveis, em contrapartida a uma receita diferida no passivo não circulante. **• Rendimentos de aplicações financeiras:** Quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras são reconhecidos os acréscimos de ativos em contrapartida a projeto a executar no passivo circulante. Em consequência à prática contábil adotada pela Associação, os efeitos no resultado do exercício relacionados ao contrato de gestão são nulos pois todas as despesas incorridas com esses projetos são vinculadas a recursos recebidos com utilização específica nesses projetos. A Associação não possui nenhuma outra fonte de recursos e despesas que não estejam amparados pelo contrato de gestão ou por projetos de lei de incentivo. **c. Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou doação, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumuladas, quando necessário. **Depreciação:** A depreciação acumulada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **d. Intangíveis:** Os ativos intangíveis compreendem, basicamente, os ativos adquiridos de terceiros (softwares) e são mensurados pelo custo total de aquisição. A amortização foi calculada pelo método linear, com base nas taxas de 20% a. e, leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. **e. Redução ao valor recuperável:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se sua evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Associação não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável. **f. Passivo circulante e não circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos, calculáveis e acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **g. Receita diferida (recursos aplicados em ativos permanentes):** Os valores reconhecidos como receita diferida representam os ativos imobilizados e intangíveis recebidos em doação, mensurados ao valor justo, e ativos adquiridos de terceiros, que são reconhecidos como uma receita diferida no passivo não circulante e são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência, no mesmo prazo e pelos mesmos montantes das despesas de depreciação e amortização do ativo imobilizado em atendimento a CPC 07 (R1). **4. Recursos vinculados a projetos:**

Demonstração do Superávit (Déficit) do Exercício			
Receitas Operacionais	Nota Explicativa	2018	2017
Receitas Operacionais		67.482.395	62.816.504
Receitas operacionais	(19)	66.074.434	61.489.487
Recursos dos contratos de gestão	(16)	60.687.467	58.333.041
Projetos especiais	(17)	5.386.967	3.156.446
Outras receitas operacionais		1.407.961	1.327.017
Outras receitas	(23)	135.447	37.337
Receitas financeiras		21.873	29.194
Depreciação	(08)	1.250.640	1.261.187
Despesas Operacionais		(67.821.496)	(63.147.616)
Despesas Operacionais		(67.821.496)	(63.147.616)
Despesas com pessoal	(33.956.753)	(31.808.241)	
Despesas com encargos sociais	(10.853.323)	(10.793.025)	
Despesas administrativas	(9.328.552)	(8.788.908)	
Depreciação	(08)	(1.536.329)	(1.543.014)
Serviços prestados por terceiros	(11.980.318)	(10.075.890)	
Impostos e taxas	(166.221)	(138.538)	
Superávit (Déficit) do Exercício		(339.101)	(331.111)

Demonstração do Valor Adicionado			
Receitas Operacionais Brutas	Nota Explicativa	2018	2017
Receitas Operacionais Brutas		67.460.522	62.788.311
Receitas dos projetos		66.074.434	61.489.487
Outras receitas		135.447	37.337
Depreciação		1.250.640	1.261.187
Insuamos Adquiridos de Terceiros		21.308.871	18.864.799
Serviços de terceiros		11.980.318	10.075.890
Despesas administrativas e gerais		9.328.552	8.788.908
Valor Adicionado Bruto		46.151.651	43.923.512
Retenções		1.536.329	1.543.014
Depreciação		1.536.329	1.543.014
Valor Adicionado Líquido		44.615.322	42.380.498
Produzido Pela Entidade		21.873	28.194
Valor Adicionado Recebido Em Transferência		21.873	28.194
Receitas financeiras		21.873	28.194
Valor Adicionado Total a Distribuir		44.637.196	42.408.692
Distribuição do Valor Adicionado		44.637.196	42.408.692
Pessoal e encargos		44.610.075	42.601.266
Impostos, taxas e contribuições		166.221	138.538
Superávit (déficit)		(339.101)	(331.111)

Demonstração do Fluxo de Caixa			
Atividades Operacionais	Nota Explicativa	2018	2017
Superávit (déficit) do exercício		(339.101)	(331.111)
Depreciação e amortização		1.536.329	1.543.014
Provisão para contingências		33.595	(72.340)
Doações patrimoniais		1.057.996	80.921
Resultado ajustado		2.288.818	1.220.483
Variações do Ativo e Passivo (Aumento/redução nos ativos em)			
Recursos vinculados a projetos		2.448.845	3.594.803
Adiantamentos diversos		32.042	(69.086)
Outras contas a receber		(67.670)	(252.410)
Estoques		(162.471)	(51.380)
Aumento/(redução) nos passivos em			
Projeto a executar		(1.083.015)	(4.040.801)
Fornecedores		(10.102)	(33.530)
Suítas, férias e encargos sociais		96.581	185.796
Outras contas a pagar		24.386	2.825
Adiantamento de clientes		(55.000)	55.000
Recursos associação		(292.936)	392.917
Fundos		(1.253.598)	685.493
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.965.878	1.689.811
Atividades de Investimento			
Aquisições do ativo imobilizado		(1.322.334)	(712.792)
Baixas do ativo imobilizado		840	78.808
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(1.321.494)	(633.984)
Atividades de Financiamento			
Recursos aplicados em ativos permanentes		(987.142)	(708.124)
Caixa Líquido gerado nas Atividades de Financiamento		(987.142)	(708.124)
Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		(342.758)	347.703
Saldo de caixa e equivalentes no início do exercício		746.128	398.425
no final do exercício		403.370	746.128
Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa		(342.758)	347.703

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Associação que serão utilizados exclusivamente no contrato de gestão e projetos incentivados. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados de acordo com as médias de remuneração do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). **5. Contas a receber:**

	2018	2017
Contas a receber - Contrato de gestão nº 01/2010	309.187	250.067
Outras contas a receber	10.440	10.440
319.628	260.507	

6. Adiantamentos diversos:			
	2018	2017	
Adiantamento de férias	189.332	222.896	
Outros	6.128	4.606	
195.460	227.502		

7. Estoque: Os estoques existem em 31 de dezembro estão valorizados pelo custo médio, que não superam o valor de mercado e estão assim discriminados:			
Descrição	2018	2017	
Material de escritório	66.018	56.221	
Suprimentos musicais	248.783	131.414	
Demais estoques	91.818	56.512	
Total	406.619	244.147	

8. Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.				
Descrição	Taxas	Custo acumulada	Líquido	
Imóveis	4%	1.058.109	(455)	1.057.654
Instalações	10%	35.258	(24.255)	11.003
Equipamentos	10%	1.069.132	(626.171)	442.961
Móveis e utensílios	10%	1.130.571	(824.594)	305.977
Veículos	10%	364.692	(364.692)	-
Instrumentos musicais	10%	12.720.462	(8.209.240)	4.511.221
Ferramentas	10%	1.771	(1.435)	336
Computadores e periféricos	20%	1.188.681	(1.060.722)	127.959
Telefones	10%	27.804	(26.817)	987
Total		17.596.479	(9.613.177)	6.458.096

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	2018	2017
Saldos no início do exercício	6.672.931	7.581.960
Adições		
Instalações	1.058.109	-
Equipamentos	52.895	40.520
Móveis e utensílios	9.296	58.276
Instrumentos musicais	197.921	527.476
Computadores e periféricos	4.113	86.521
Baixas líquidas	(840)	(78.808)
Depreciações	(1.536.329)	(1.543.014)
Saldos no fim do exercício	6.458.096	6.672.931

Continuação...			
Despesas administrativas	(2.717.623)	(2.990.330)	
Serviços Prestados por Terceiros	(2.270.457)	(2.169.768)	
Impostos e Taxas	(61.998)	(75.832)	
	(27.155.831)	(27.938.374)	
EMESP			
Despesas com pessoal	(17.206.896)	(14.850.006)	
Despesas com encargos sociais	(5.497.426)	(5.048.814)	
Despesas administrativas	(5.882.051)	(5.445.547)	
Serviços Prestados por Terceiros	(6.093.041)	(6.259.604)	
Impostos e Taxas	(102.862)	(52.280)	
	(34.782.277)	(31.656.253)	
Outros Projetos			
Despesas administrativas	(2.266.568)	(1.257.520)	
Serviços Prestados por Terceiros	(3.616.820)	(2.295.468)	
	(5.883.388)	(3.552.988)	
	(67.821.496)	(63.147.616)	
Total			
Recursos de Reserva Contrato 04/2017 - Guri	1.726.905	-	
Recursos de Reserva Contrato 05/2017 - Emesp	2.013.118	-	
Recursos de Reserva	-	3.835.138	
	3.740.023	3.835.138	

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Cultura, Educação e Assistência Social Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Imobilizado:** Conforme nota explicativa nº 08 o "Projeto Guri na Capital e Grande São Paulo" recebeu bens tangíveis e intangíveis para uso de suas operações registrados no ativo imobilizado e intangível. A administração da Entidade realizou um levantamento emplacamento desses bens e protocolou junto a Secretaria de Cultura de São Paulo a relação detalhada e aguarda a formalização do Termo de Permissão de Uso. **Outros assuntos: Demonstração do valor adicionado:** Adicionalmente, examinamos a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das demonstrações financeiras básicas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos nesse re-

(b) Recursos de contingências: Tem a finalidade de suportar eventuais contingências conexas à execução do programa de trabalho, o valor é composto através de percentual estipulado sobre o valor global repassado pela Secretaria, observados os preceitos do artigo 5º, inciso VI, alínea "g" do Decreto Estadual 43.493/1998, com as alterações do Decreto Estadual 62.528/2017, a composição e utilização desses recursos, deverá ser observado que: **1)** a Organização Social poderá contribuir com recursos próprios para a conta de recursos de contingência. **2)** os recursos financeiros depositados na conta bancária a que se refere somente poderão ser utilizados, em conformidade com o estabelecido no **Contrato de Gestão**, e com deliberação de 3/4 (três quartos) dos membros do Conselho de Administração da **Contratada** e do Secretário da Cultura, a quem é facultado delegar o exercício dessa competência, cabendo-lhes zelar por seu uso, em conformidade com o praticado por entidades congêneres. **3)** Caso as contingências previstas reifiram-se a ordens ou condenações judiciais em processos cíveis, trabalhistas e tributários ou sejam decorrentes de acordos judiciais em ações promovidas em face da **Contratada**, na esfera federal, estadual ou municipal, de competência da justiça comum ou especializada, que tenham de ser cumpridos em prazo inferior a 15 (quinze) dias, fica desde já autorizada pelo Secretário da Cultura a utilização de recursos da conta bancária destinada a contingências, devendo a mesma ser aprovada pelo Conselho de Administração da **Contratada**, sem prejuízo de outras eventuais utilizações na forma do subitem anterior. **4)** No caso excepcional do subitem anterior, ficará a **Contratada** obrigada a encaminhar à **Contratante** a documentação pertinente, com os devidos esclarecimentos referentes à movimentação efetuada, no relatório trimestral seguinte. **5)** Ao final do **Contrato de Gestão**, eventual saldo financeiro remanescente na conta de

latório e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem informações sobre atividades, conforme inserido na nota explicativa nº 10. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, com base nos procedimentos realizados e nas evidências obtidas quanto a essas outras informações, nossa responsabilidade é a de lê-las e, ao fazê-lo, considerar se estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas informações divulgadas, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente

recursos de contingência será rateado entre o Estado e a Organização Social, observada a mesma proporção em que ela foi constituída. **6)** Os saldos da conta, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês. **7)** As receitas financeiras auferidas serão obrigatoriamente computadas a crédito do **Contrato de Gestão** e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.

	2018	2017
Recursos de Contingências Contrato 04/17 - Guri	812.882	-
Recursos de Contingências Contrato 05/17 - Emesp	1.961.946	-
Recursos de Contingências	-	3.933.311
	2.774.828	3.933.311

23. Outras receitas (inclui doações):

	2018	2017
Referem-se a:		
Doações pessoas físicas e jurídicas	21.951	17.940
Receitas próprias	113.496	19.697
	135.447	37.637

Durante 2018, foram recebidas doações de imóvel pela Associação que foram classificadas na conta de "Doações de bens patrimoniais" no patrimônio líquido no montante de R\$ 1.058.109.

	2018	2017
Rosane Ghedin - Diretora Presidente		
Luis Roberto Teles - CRC 1SP182786/O-8		

ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 23 de janeiro de 2019.

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S CRC2SP15.753/O-0
Demétrio Cokinos - Contador - CRC-1SP120.410/O-2 - CNAI nº 0385

DO.online acesso gratuito

As publicações dos atos oficiais desde 1891

- Pesquise gratuitamente no portal da IMESP
- Baixe o app **do|sp** para tablets e smartphones



Prêmio Mario Covas 2008
DO.online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

www.imprensaoficial.com.br
Google Play <https://goo.gl/zaFqGs>
App Store (Apple) <https://goo.gl/iCPWvR>



imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO